



## III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS (28-11 a 1º-12-2023)

### **Manifestação do Presidente, Conselheiro Cezar Miola, na solenidade de abertura**

Minha saudação às autoridades, dirigentes de entidades, lideranças do Sistema, Presidentes dos nossos Tribunais de Contas, colegas de todos os quadros do controle externo brasileiro, senhoras e senhores - aqui presentes ou que nos acompanham pelos meios digitais.

Em nome da Atricon, que promove este encontro em conjunto com os parceiros já mencionados, agradeço pelas presenças, aqui e no plano virtual; pelo acolhimento do Tribunal de Contas do Ceará, liderado pelo prezado Presidente Valdomiro Távora, e da querida gente deste Estado; pelos apoios institucionais e pelos patrocínios.

Obrigado, sobretudo, às tantas pessoas que nos propiciam esta noite, estes quatro dias de reencontros, convívio, aprendizado, emoção e renovada confiança. O que aqui testemunhamos e vivenciamos emerge da dedicação, da criatividade, do zelo, do profissionalismo e do carinho de mulheres e homens do Sistema Tribunais de Contas e de muitas outras esferas, todos merecedores do nosso aplauso.

Aproveito este momento solene e inesquecível para, já chegando o sol poente deste período na presidência da Atricon, expressar minha gratidão pela jornada, vivida com intensidade, amor e compromisso. Nossa querida entidade e o Sistema Tribunais de Contas merecem mais; mas foram as construções que as minhas limitações permitiram. Sob a liderança do novo Presidente hoje eleito, Conselheiro Edilson Silva, com sua equipe, certamente teremos mais e melhores entregas.

Mas o Deus do nosso coração haverá de nos permitir outros momentos para falarmos a respeito.

Refletindo sobre qual deveria ser o conteúdo da mensagem inaugural deste III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (e já sabendo que a sensatez e a sobriedade me recomendam síntese e assertividade), ocorreu-me de reportar uma CARTA IMAGINÁRIA, na qual o controle externo, o Tribunal de Contas se reporta à sociedade brasileira.

Repito: trata-se de uma espécie de licença que me permito neste ambiente formal, mas na expectativa de assim ser compreendido.

Talvez essa conversa fosse mais ou menos assim:

*Você, cidadão; você, cidadã, sabem que em todas as Constituições brasileiras desde 1891, eu, Tribunal de Contas, tenho estado presente. Conteí com a força inaugural do novo regime, em 1891, e, muito graças à tenacidade e ao saber do notável Rui Barbosa, tomei forma e me fiz respeitar pelo desassombro de Serzedello*



*Corrêa. Outras Cartas vieram e, com mais ou menos empoderamento, sempre busquei garantir que a gestão pública fosse pautada pela correção.*

*Mas, em 1988, um novo horizonte se desenhou: a Constituição Cidadã me garantiu força institucional e musculatura política para cuidar não apenas da legalidade, mas também incumbiu-me de olhar para os resultados alcançados pela aplicação dos recursos públicos, auditando, medindo, orientando, induzindo, ajudando e, nos casos necessários, sancionando. Minha atuação ganhou amplitude, celeridade, suporte técnico e político e independência para o exame do conjunto das políticas públicas.*

*É claro que muitos gestores me pedem para, segundo dizem, “orientar mais e punir menos”. A respeito, digo que posso e que devo fazer as duas coisas, conforme cada situação específica. E também me cabe lembrar que nem sempre os conhecimentos e experiências que transmito, sobretudo através das escolas de contas, são efetivamente empregados. Invisto muito na atuação pedagógica e preventiva, e espero que esse esforço se traduza em menos erros e fraudes; em melhor governança e em mais qualidade da gestão.*

*Sabem, cidadã, cidadão: o constituinte foi tão generoso comigo, que o feixe de competências e de instrumentos de ação que me foram assegurados me situa no plano institucional para muito além de um órgão estritamente controlador de contas.*

*São atributos que o Estado moderno e democrático outorga a organismos incumbidos de zelar pela concretização dos direitos, dos princípios e dos valores contemplados na Constituição. Pode parecer que há ousadia ou pretensão nesta minha leitura, mas se trata apenas de reafirmar que para a democracia se pôr e manter-se de pé são necessárias instituições à sua altura. E o Tribunal de Contas foi assim erigido pela Lei Fundamental.*

*Não me é dado, como ente do controle, definir as prioridades governamentais (embora tenha grande responsabilidade em zelar pela implementação daquelas já fixadas na Constituição, como é o caso da absoluta prioridade à criança, ao adolescente e ao jovem). Tais escolhas, sabemos, cabem a quem eleito pela vontade popular, as quais se expressam nos planos e nos orçamentos.*

*Aliás, falando a meu respeito, o grande Ministro Carlos Ayres Britto já disse que eu, o Tribunal de Contas, não sou governo, mas posso a ajudar a impedir o desgoverno. Sábias palavras, não?*

*Então - segue dizendo o Tribunal de Contas -, tenho compromisso com você, brasileira; com você, brasileiro, em prol da efetivação dos direitos fundamentais, como a educação, a saúde, a segurança, a previdência, a proteção à infância e à maternidade, a assistência aos desamparados. E também, na mesma moldura constitucional, procuro, solidariamente, ajudar na diminuição das desigualdades, na proteção do meio ambiente, na promoção da igualdade e equidade de gênero, no enfrentamento ao racismo, além de outras ações.*



*Se cuida do controle, também zelo pela democracia e pelos objetivos fundamentais da República, ambos pilares de sustentação da Nação, sempre balizado pelo Estado de Direito.*

*E não apenas me ocupo da regularidade; do respeito à lei (o que já não é pouco). Com o apoio dos controles internos e social, e integrado com outras estruturas de Estado e da sociedade, tenho aferido se os tributos cobrados se transformam em obras e serviços de qualidade, se otimizam custos e benefícios; enfim, se melhoram a vida das pessoas. Para isso, considero essencial planejar, formular, compartilhar, ser transparente, falar de forma simples e escutar (sobretudo através das ouvidorias), e até e mesmo correccionar e, se necessário, punir inclusive os nossos, porque é preciso liderar pelo exemplo - pregar e praticar.*

*Para isso, fiscalizo, é certo, porque é meu dever primordial, controlador que sou, e desse eixo não vou me apartar. E o faço tanto em relação às despesas quanto à arrecadação, porque é preciso olhar com lupa a receita que ingressa e aquela renunciada, por diferentes incentivos e desonerações.*

*Quanto aos gastos tributários, ainda temos muito que avançar, porque mesmo eu, o controle, pouco sei sobre os eventuais benefícios auferidos pela sociedade. E isso precisa mudar. Mas procuro fazê-lo com diálogo, respeito, cooperação, espírito público e sempre buscando consensos.*

*Assim, reservo a sanção às situações em que todas as outras possibilidades se esgotaram sem êxito.*

*E não estou sozinho: procuro interagir e trabalhar com o Sistema de Justiça, forças de segurança, universidades, institutos, professores, cientistas, pesquisadores, agentes públicos de todos os Poderes e órgãos.*

*A propósito, nessa construção também se fortalece a força interna no Sistema de Controle. Assim é que a Atricon se mostra como o elo de coesão e de representação dos 33 Tribunais de Contas e dos seus Membros, em sintonia com parceiros como IRB, Abracom, CNPTC, Audicon, Ampcon, CNPGC, ANTC, Ibraop e Fenastc.*

*Sei que é preciso avançar, modernizar, contar com a tecnologia, a ciência de dados, a inteligência artificial; o mundo muda intensa e constantemente e não conseguirei ser eficiente, eficaz e efetivo se não contar com esses instrumentos. Sem eles, haveria o risco de eu, o Tribunal de Contas, me tornar desimportante; irrelevante.*

*Mas tenho consciência de que não há controle sem controladores: Ministros e Conselheiros (titulares e substitutos), Procuradores, Auditores de Controle Externo, assessores e muitas outras pessoas que fazem essa engrenagem ter tração e potência.*

*Por isso, a nossa Atricon, em seus mais de 30 anos, cuida com atenção das prerrogativas dos Membros dos Tribunais de Contas (em todas as esferas, inclusive a judicial) e do aprimoramento do Sistema (sendo o Marco de Medição de Desempenho -*



*MMD-TC o exemplo mais eloquente), brada e luta pela democracia e pelo princípio republicano, defende a autonomia e independência dos Poderes e radicaliza no compromisso com a transparência.*

*Com tudo isso, e já indo para o final desta carta, escrita aqui na acolhedora Fortaleza, com convicção e entusiasmo posso dizer que os Tribunais de Contas do Brasil são verdadeiras Casas da Cidadania.*

*E vão continuar nessa senda, com firmeza e serenidade, coragem e ponderação, destemor e respeito. Respeito a você, que teve a paciência de me escutar até aqui: eu, o Tribunal de Contas, desejo continuar servindo com competência, dedicação, impessoalidade, espírito público e reverência ao povo do Brasil, de onde todo o poder emana.*

*Assinado: Tribunal de Contas.*

Obrigado!

Conselheiro Cezar Miola,

Fortaleza, CE, 29 de novembro de 2023.